

## SEXUALIDADE E SAÚDE NA PERCEPÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

---

Isaura Isabel Conte<sup>1</sup>

### RESUMO

Este texto aborda a concepção de sexualidade e saúde na perspectiva de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Para tanto, considera-se fundamentalmente a inserção das militantes em processos formativos, seus aprendizados e experiências coletivas nas lutas que desencadeiam e sustentam numa organização camponesa e feminista. A pesquisa foi realizada no convívio com mulheres camponesas há mais de dez anos no Estado do Rio Grande do Sul, com base em observação participante e pesquisa documental. Destaca-se, como relevante, que as mulheres camponesas estão modificando modos de pensar sobre si mesmas, seus corpos e sua sexualidade, rompendo estereótipos seja com relação ao corpo de mulher da roça, seja com relação aos atuais padrões de corpo feminino. Assumem a luta por saúde pública com protagonismo entendendo que, mais que um corpo, são corpos pensantes capazes de questionar a sociedade que lhes impõe o consumismo e, por outro lado, propõem mudanças.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Saúde. Mulheres camponesas.

### SEXUALITY AND HEALTH IN THE PERCEPTION OF THE MOVEMENT OF PEASANT WOMEN

#### ABSTRACT

This paper discusses the conception of sexuality and health from the perspective of women from the Movement of Peasant Women (MMC). Therefore, it fundamentally considers the inclusion of activists in formative processes, their collective learning experiences in the struggles that trigger and sustain a peasant and feminist organization. Based on participant observation and documentary research, the investigation was conducted in collaboration with peasant women for over ten years in the state of Rio Grande do Sul, in Southern Brazil. The main results show how peasant women are changing their ways of thinking about themselves, their bodies and their sexuality, breaking stereotypes about a female peasant body, as well as about contemporary models of female body. They fight for public health, as protagonists, with the understanding that, more than a body, they are thinking bodies able to question a consumerist society; and, moreover, they propose change.

**Keywords:** Sexuality. Health. Peasant women.

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Pedagogia e integrante do grupo de estudos Educação e Direitos Humanos do CRDH, UNEMAT, campus Cáceres. [isauraconte@yahoo.com.br](mailto:isauraconte@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>2</sup> busca refletir e problematizar algumas questões relativas à sexualidade das mulheres militantes do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS) e, por sua vez, as discussões não estão separadas do debate do corpo da mulher e sua saúde, ou da luta por ela. Abordaremos, também, cultura, experiência e emancipação pelo fato do movimento fazer a afirmação e ações concretas em vista de transformações socioculturais, o que está imbricado diretamente na concepção que vai sendo construída a respeito das mulheres como sujeitos integrais no âmbito da sexualidade e da saúde. O texto é baseado em pesquisa participante durante o convívio direto com mulheres do MMC, desde a organização em grupos de base, às instâncias de coordenação e direção estadual. Recorreremos, também, a fonte documental do movimento a fim de ampliar as reflexões, além de estudos teóricos.

Os grupos de base nas comunidades, nos quais se reúnem mulheres camponesas, fazem parte da organicidade do movimento. Dos grupos, formam-se as coordenações municipais, regionais até a coordenação e direção estadual. De maneira mais direta, as observações realizadas se deram com doze mulheres que compõem a direção e as anotações em diário de campo ocorreram principalmente em reuniões mensais. Além disso, outras percepções foram captadas com mulheres dos grupos de base das comunidades de uma das regiões, denominada Regional Missões I, envolvendo cerca de 200 militantes. Esta pesquisa não foi submetida a Comitê de Ética de universidade, entretanto, cumpriu e cumpre com a ética-política, segundo os princípios do MMC.

O que nos leva a estudar e refletir a problemática anunciada é a necessidade de ampliar e socializar pesquisas com recorte de gênero, raça/etnia e classe social, na perspectiva de gerar ainda mais debates e questionar o que parece natural, ou seja, a desvantagem histórica em que ainda se encontram as mulheres camponesas (mas não só), frente à própria cidadania e à condição de ser sujeito. Dessa forma, uma breve retomada histórica acerca de como foram construídos estereótipos e tabus sobre a sexualidade e o corpo dessas mulheres se faz importante, pelo fato de que, na sociedade atual – dita do conhecimento e da globalização – ainda se convive com preconceitos e medos. De outro modo, as experiências que as mulheres vão construindo em movimento rumo à emancipação são, do nosso ponto de vista, sinais de resistência e libertação, conforme elas mesmas afirmam, sabendo-se não ser um processo fácil, tampouco linear.

Rose Marie Muraro (1983), quando coordenou um grupo de pesquisadores(as) para investigar sexo e sexualidade dos brasileiros e brasileiras, expressos na obra *Sexualidade da mulher brasileira – corpo e classe social no Brasil*, descreve as dificuldades das pessoas falarem sobre esses assuntos. Destaca que as dificuldades sentidas se referiam primeiramente à questão de diferença de classe, de sexo e também de escolarização. A autora observa que os homens camponeses apresentavam maior resistência e as camponesas chegavam a tocar uma pesquisadora para ver se era mesmo mulher antes de responder às questões.

Diante disso, ressalta-se que falar sobre assuntos que envolvem tabus, senão mitos com muitas superstições, é um exercício um tanto difícil, pois há resistência devido ao imaginário social criado a respeito do assunto. Neste caso, poderíamos dizer que há um acúmulo histórico de experiências normatizadoras permeadas de preconceitos, algo bastante comum nas sociedades constituídas no patriarcado devido à forte influência judaico-cristã, segundo Gebara (2002), apesar dos recursos da comunicação disponíveis na atualidade.

---

<sup>2</sup> Parte das discussões deste texto foram apresentadas no evento “V Corpo, Gênero e Sexualidade”, realizado na Universidade Federal de Rio Grande/RS em 2011.

Acima de tudo, o que nos leva a refletir, neste artigo, sobre sexualidade das mulheres camponesas é o fato de que, em movimento, tentam superar concepções e práticas colocadas e reproduzidas pela sociedade capitalista e patriarcal. Segundo o próprio MMC (2008), a luta do movimento é contra o capitalismo e o patriarcado, na perspectiva de construir outras relações de gênero e sexualidade em que as mulheres não sejam consideradas subalternas. Em última análise, poderíamos afirmar que esta construção depende das experiências que as mulheres são capazes de realizar em seus cotidianos, tornando-se, assim, educativas para si mesmas e para outras pessoas, sem negar as contradições e as dificuldades enfrentadas.

De acordo com pesquisa realizada por Conte (2011), as mulheres camponesas do MMC rompem com as ordens estabelecidas devido aos aprendizados das lutas, ao se somarem no coletivo, dadas as experiências que vão adquirindo ao fazer o movimento, ao mesmo tempo em que vão, se (des)fazendo também. Neste fazer-se como ser diferente, as experiências tornam-se formativas a ponto de elas reconhecerem que o movimento é a escola ou a faculdade a que não tiveram acesso. Em se tratando da experiência, vejamos a argumentação de Thompson (1981, p.189):

Com a 'experiência' e 'cultura', estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

A partir do conceito de experiência que tomamos emprestado de Thompson, consideramos necessário conceituar cultura pelo fato dela incidir nas pessoas que fazem e experienciam práticas, como é caso das mulheres do MMC. Garrafa (2008) esclarece que a cultura constitui uma totalidade que compreende o universo simbólico em que atuam os humanos e abarca, desde os bens materiais, objetos simples e expressões de arte, assim como comportamentos frente a realidades complexas. É, também, a configuração das ideias, crenças, formas de pensamento e obras dos seres humanos que orienta valores e se manifesta em seus atos, nas artes e nos artefatos criados.

Com relação ao universo simbólico das mulheres camponesas, observamos que ele é bastante rico, o que significa que é também complexo, devido à mescla de saberes populares, inclusive sobre práticas de saúde, misturados com misticismo e certas superstições da vida camponesa. Segundo observamos, isto, de um lado, pode contribuir para possibilitar certo empoderamento e libertação das mulheres, e, de outro, mantê-las na condição de ser menos, parafraseando Freire (1987), quando tais práticas ficam no universo de "coisas de mulher", implicando em aumento de tarefas e cuidados, assim como algumas proibições pelo fato de serem mulher, ou melhor, possuírem um corpo feminino, que menstrua, engravida, pare, amamenta, entra em menopausa etc.

Neste mesmo universo, aqui tratado como simbólico, mas que incide sobre e é afetado pela materialidade da vida, encontra-se a sexualidade das mulheres e a forma como elas lidam com isso. De maneira geral, aparece bem mais, nas falas cotidianas, a pauta do trabalho, das condições de vida e, por ser tratar de um movimento de luta, o acesso a direitos e a manutenção deles. Contudo, ao tratar das questões da luta ou do trabalho nas unidades de produção, as condições do exercício da sexualidade estão imbricadas e, assim, em tom de brincadeira ou ironia, ou mesmo de forma direta, levantam-se questões ou refletem-se

questões. Compreende-se que esse corpo da mulher que está presente no trabalho e na luta experimenta sensações de prazer ou desprazer e esse aspecto é levado em conta, inclusive no planejamento das atividades/tarefas e manifestações do movimento.

A partir de observações realizadas na vivência de militância no MMC/RS, pode-se afirmar que as experiências que as mulheres fizeram e fazem em movimento são formativas, significando que desconstróem-se concepções e práticas, sobretudo sobre si mesmas e seus corpos. Como consequência, essas mulheres são deslocadas do hábitus, conforme diria Bourdieu (1989), o que por vezes, é extremamente doloroso e algumas mulheres não aguentam e, por isso, imagina-se que deixam o MMC. As militantes e dirigentes, as quais permanecem no movimento, evidenciam concepções sobre a sexualidade segundo as experiências que possuem, em grande medida construídas no MMC, as quais serão melhor detalhadas na sessão a seguir.

### DA NORMATIZAÇÃO ÀS EXPERIÊNCIAS DE EMANCIPAÇÃO

De acordo com Muraro (2002), com a era patriarcal, que se instaurou há mais ou menos dez mil anos, os homens passaram a dominar as mulheres, colocando-se como superiores. Para isso acontecer, eles alocaram para si o domínio da cultura, do sagrado e das leis, e as mulheres passaram, então, a ser secundárias e inferiores, associadas à traição e sedução que, por sua vez, as conduziria às mais diversas formas de penalização, inclusive a morte.

Para entendermos a construção da identidade subalterna das mulheres com relação aos homens, e por isso fizemos o recorte de gênero, é preciso que se analise a sociedade atual como sendo de caráter, além de capitalista, patriarcal. Ivone Gebara (2002) argumenta que a concepção de inferioridade das mulheres, perpassando elas mesmas, se dá no patriarcado quando o sexo feminino é convencido e coagido a acreditar que não possui e não pode possuir poder. Para consolidar esse fato, Muraro (2002, p. 109) destaca que “o conhecimento e o poder foram cercados de uma rigidez paranóica”. A autora descreve a perda de poder das mulheres frente à dominação dos homens da seguinte forma:

No princípio era a mãe. O verbo veio muito tempo depois e iniciou uma nova era: o patriarcado. O verbo, a palavra, um símbolo abstrato, uma entidade arbitrária, pode dar vida a qualquer realidade por mais imaginária que seja. E a palavra pode até distorcer os sentidos das realidades físicas mais óbvias tais como o fato de a mãe dar a luz a uma criança e amamentá-la, e inaugurar a dominação do macho através da fabricação de papéis. (MURARO, 2002, p. 61)

Dentre os principais fatores que fizeram com que o patriarcado se consolidasse, citamos a chamada Santa Inquisição com todas as guerras produzidas; a Caça às Bruxas, que vigorou com maior força entre os séculos XIV e XVIII; e as ciências tornadas masculinas, de acordo com Chassot (2004), colocando as mulheres fora do que é considerado ciência e cientificidade com mérito, inclusive no que tange à celebração de fazer parte desse universo, como o recebimento de prêmios Nobel.

Para instaurar a dominação masculina de fato e de direito sobre as mulheres, foram utilizadas todas as formas de controle possíveis, inclusive força física, algo que os homens desenvolveram especialmente das sociedades de caça em diante, segundo Eisler (1996). Muraro (2002) trabalha com a idéia de que a submissão feminina se deu assim como as

sociedades foram se sedentarizando, com uma vinculação maior entre patriarcado e sociedade agrícola. Contudo, as duas autoras concordam, que no patriarcado, o controle maior se deu sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, pelo fato de que passaram a ser consideradas propriedade masculina. Tal controle, segundo elas, foi perpassado pela destruição e condenação de saberes tradicionais na área da saúde e do conhecimento da natureza, dos quais as mulheres eram as principais protagonistas, sendo que isto lhes concedia respeito e poder junto aos grupos humanos.

Não se pode negar, entretanto, que no século XX, especialmente da década de 1980 aos dias atuais, ocorreram mudanças e avanços significativos com relação às mulheres e ao acesso a direitos em grande parte do mundo e no Brasil, sendo que tais conquistas devem-se de modo especial às contestações de organizações populares, especialmente de mulheres. No caso específico das lutas das mulheres, os movimentos feministas mundiais, sejam da primeira, segunda ou terceira ondas, contribuíram elementarmente.

Os vários tabus estabelecidos a respeito do corpo, sexo e sexualidade começaram a ser discutidos de forma mais visível na academia, nos debates sociológicos, após a década de 1970, no Brasil, segundo Faria (2009), sendo que a desinformação e o analfabetismo contribuíam para que mulheres e homens soubessem ou mesmo se perguntassem pouco sobre si nesses aspectos. No caso das camponesas, militantes do MMC, elas confirmam que o que sabiam sobre esses assuntos até a década de 1990 era basicamente ensinado por meio da participação na igreja e, em poucas palavras, repassadas algumas questões por suas mães ou irmãs mais velhas.

Pesquisas documentais que realizamos demonstram que, ainda na década de 1980, o movimento já havia elaborado, entre outros materiais, um jornal de tiragem bimestral, intitulado *Desperta Mulher*, no qual abordava questões de saúde e sexualidade feminina, no sentido de esclarecer especialmente sobre a reprodução, além de tratar de forma geral do tema dos direitos que se buscava conquistar. Na cartilha *Sexualidade da mulher*, cuja primeira versão é de 1992, o tema do autoconhecimento do corpo, vinculado à saúde de qualidade, é o debate principal. Contudo, as concepções de saúde, de corpo feminino e sexualidade, para o movimento, aparecem intrinsecamente vinculadas ao modelo de sociedade em que se vive e, por isso, é evidenciada fortemente a crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo, dada a maneira como incidem sobre os corpos femininos de maneira mercantilizável.

Pesquisas de Muraro (1983) com camponesas no Sertão, Zona da Mata e Agreste pernambucanos demonstram uma realidade em que as mulheres em sua maioria disseram aprender sozinhas, ou com irmãs ou parentes mais velhas, algumas questões relativas ao corpo e sexualidade. A Igreja não foi mencionada apesar das mulheres demonstrarem medo de castigo diante do fato de fazerem aborto. A mesma pesquisa mostrou que elas pouco conheciam seu corpo e a maioria das então pesquisadas dizia não utilizar anticoncepcionais alegando pecado, ou o fato de lhes fazer mal à saúde. Algumas entrevistadas diziam que ficavam fracas se tomassem a pílula anti-contraceptiva, o que se imagina fazer sentido diante de mulheres mal alimentadas. A maioria delas tinha muitos filhos, mas quando perguntado sobre prazer sexual, várias mencionaram que era coisa de mulher mais jovem, e disseram fazer sexo para agradar o marido.

Consideramos que a pesquisa realizada por Muraro, apesar de quase três décadas passadas, é relevante por ser pioneira em assuntos permeados de tabus, inclusive na atualidade. As mulheres camponesas até então eram desconsideradas nas pesquisas e grandemente tratadas como vítimas com estigma forte do conservadorismo. Em contraponto, no momento atual, o MMC (2008) explicita sua concepção de sexualidade na cartilha *Gênero, sexualidade e direitos das mulheres*, retomando debates de gênero construídos pelo movimento desde sua formação, o vinculando-o ao universo de trabalho, falando das novas

relações de gênero, do potencial das organizações e movimentos populares, dos direitos e do feminismo, inclusive com proposições.

Concepções teóricas acerca da saúde aparecem de forma condensada na cartilha do MMC (2004) *Plantando saúde pelos caminhos do Rio Grande*, como sistematização de muitos anos de trabalho das mulheres camponesas do movimento, ligado a práticas saudáveis de preservação da natureza, agroecologia, cuidados com o ambiente, com o corpo e com as relações estabelecidas na sociedade. Percebemos, por meio deste subsídio teórico, que a saúde é entendida como integral (ambiente, sociedade, corpo feminino e relações), pois depende deste conjunto de fatores para se ter ou não saúde/vida de qualidade. As mulheres, em oficinas, tendo este subsídio como guia, potencializaram e potencializam práticas alternativas de saúde com plantas medicinais, rebuscando e sistematizando saberes ancestrais, entendendo contrapor-se ao modelo de agricultura vigente, grandemente baseado em agrotóxicos e transgênicos.

Percebemos que o movimento, ao reunir mulheres em processos formativos e de lutas, permite aproximação, além das mesmas causas, das experiências formativas do cotidiano, de conhecimentos, aprendizado e rebeldias. Assim, acontecem muitas trocas, entendimento e compreensão de suas realidades, ou seja: politização de fazeres individuais e coletivos. Nesse aspecto é que nas falas em momentos informais, principalmente, trata-se das questões da sexualidade, de problemas relativos a ela ou de aspectos positivos. É percebido que o fato de as mulheres saírem do ambiente de trabalho, que, por sua vez, é estar também no cuidado de filhos, para estarem na militância, permite-lhes expressarem-se mais livremente sobre essas questões. Por exemplo: nos momentos das refeições e antes de dormirem, em geral em ambientes coletivos, as mulheres conversam e riem muito.

As mulheres expressam, também, que no movimento conseguem viver melhor, inclusive não ficando depressivas como tantas outras que, frente às dificuldades e não compreensão da complexidade da sociedade e das relações que as envolvem, adoecem. Elas dizem saber muito da vida e lêem a realidade do povo/mulheres e, por isso, são capazes de falar e se posicionar frente a autoridades e aos seus próprios companheiros. Já conseguem dizer sobre como se sentem nas relações afetivas com seus companheiros, colocando-se como sujeitos, embora para algumas isso tenha demorado alguns anos. Elas mesmas admitem que aprenderam estratégias umas com outras no movimento, para poder falar de sexualidade e das próprias relações sexuais com seus companheiros, e mesmo com filhos e filhas.

Observações decorrentes da inserção militante mostram que as mulheres formaram organizações, basicamente para lutar por direitos, mas aprenderam muitas outras questões além destas e foram forçando suas próprias liberdades frente ao cônjuge, familiares e comunidades. Quando aprenderam e aprendem sobre a amplitude do mundo, buscam direitos, fazem exigências como cidadãs e assim vão se emancipando, ou seja, rompendo com a dependência, a inferioridade, sendo capazes de questionar. Em movimento, com a força do coletivo, também fazem denúncias do que as oprime e, além de denunciar o que não querem, apresentam pautas à sociedade e a governos com propostas concretas. Nessas construções de cunho mais político sempre está pensada a mulher, com um corpo de mulher e dotada de sexualidade, o que nos parece ser mesmo coisa de movimentos de mulheres, algo mais difícil de ser considerado em movimentos mistos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Consideramos importante a pesquisa publicada por Muraro no início da década de 1980, pelo fato de evidenciar questões até então consideradas de pouca importância e, por esse motivo, pouco tratadas na época. A obra veio mostrar uma situação de baixa estima das mulheres camponesas, sendo as razões principais a pobreza e o descaso do Estado, com pouco acesso a políticas públicas de saúde. A pesquisa evidenciava também uma situação de fatalismo em que as mulheres camponesas se viam diante de não terem mecanismos seguros para evitar gestações, uma após a outra, sendo que isso incidia diretamente no modo como pensavam e agiam com relação à sexualidade.

Percebe-se, também, a naturalização de algumas ideias com relação ao casamento, a falta de liberdade para saírem de casa, pelo fato de serem mulheres. De acordo com Conte, Martins e Daron (2009), o dar-se conta dessas opressões bastante naturalizadas são descobertas que as mulheres camponesas fizeram ao se organizarem em movimentos específicos no início da década de 1980 no Brasil. Segundo as autoras, as mulheres da roça pretendiam mudar a situação de vida em que se encontravam, sem acesso a direitos, entre eles saúde pública, mas, ao saírem de casa para o espaço público nos municípios, regiões e estado, descobriram o sentido da liberdade em muitos aspectos, inclusive no campo da sexualidade.

Vejamos que, nesse período, o feminismo já era quase que amplamente debatido em âmbitos acadêmicos no Brasil e uma parcela significativa de mulheres da cidade já o conhecia, mas, no campo, essa pauta ainda não era explicitada, embora, segundo relatos do MMC, as dirigentes daquele período já tivessem noção sobre a temática e seu significado. Mas temiam enfraquecer o então Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS) que se originava, se decidissem optar pelo feminismo de maneira aberta. Poderiam, nesse caso, perder o apoio de setores importantes da Igreja progressista que as apoiava na luta para conquistar direitos enquanto mulheres da roça. Logo a bandeira de defesa do direito ao prazer/sexualidade entrava junto à pauta da saúde como estratégia, pois elas precisavam manter a imagem de “boa mulher” para terem respaldo enquanto lideranças frente aos demais movimentos populares, sindicais e instituições com os quais faziam alianças.

Com relação a seus corpos e à vivência da sexualidade, ao olhar para o MMC é possível dizer que aprendem a se libertar cotidianamente e isso lhes possibilita viver a sexualidade um pouco mais livres, inclusive dos próprios preconceitos. Nos debates que pudemos acompanhar, o movimento apresenta clareza entre a diferença de se ter um corpo saudável e um corpo submetido aos padrões de consumo, pois as mulheres do movimento têm estudado e debatido acerca dessas questões.

Segundo fonte documental do MMC (2008), as mulheres denunciam e rejeitam padrões de beleza impostos pela sociedade que as discrimina, causando sofrimento a tantas mulheres que ainda não conseguem se dar conta do que está em jogo com relação ao corpo na sociedade capitalista. Acima de tudo, percebemos que grande parte das militantes demonstram ter orgulho de ter o corpo que têm, sobretudo porque é um corpo em que, apesar da ditadura da estética, há um cérebro que pensa e se pensa na história. Contudo, não negam a beleza, mas esta não precisa ser de acordo com o que é ditado nas grandes mídias e nas revistas destinadas a essa finalidade. A beleza vai além de uma imagem sexualizada e mercantilizada; ela está vinculada a valores éticos, à postura de mulher que toma os rumos de sua vida, não aceitando submissão, tampouco acreditando que deve inverter a lógica de opressão.

Ao que tudo indica, elas não dissociam corpo e necessidade de libertação dos corpos de todas as mulheres, sendo que isso é percebido na ênfase que têm dado aos debates sobre a violência na última década, conforme pode-se perceber em algumas cartilhas do MMC e

folders a que tivemos acesso. Ressaltam, também, a importância do movimento, pois por meio dele dizem conhecer muitas coisas, inclusive ter domínio de práticas de saúde a partir de suas ancestrais, lhes possibilitando certa autonomia frente à indústria química farmacêutica. O movimento é considerado por elas o espaço de libertação enquanto mulher, pois nos momentos diversos proporcionados por ele é que falam da vida como um todo, do que pensam e veem a respeito de outras mulheres em seus arredores, e, assim, conseguem coletivamente entender melhor a realidade e se entender como mulher-sujeito.

O que se pode perceber é que, nos dias atuais, as mulheres conseguem se cuidar um pouco mais, em se tratando de corpo. Há mais acesso a meios para isso e o próprio formato do trabalho que exercem no campo está diferentemente configurado, se comparado com uma ou duas décadas atrás, sendo que isso também é um dos fatores que implica diretamente na vida delas. O debate acerca da autonomia das mulheres em todos os sentidos é central nas discussões do MMC desde os anos de 1980 e é a partir dela que se pode falar em autoestima, que em geral é vinculada à beleza ou ao sentir-se bela, e também à sexualidade.

Por fim, cabe destacar que o movimento feminista mundial incidiu, mesmo que indiretamente, na busca por liberdades, tanto de direitos, de livre expressão, e de vivência da sexualidade e dos corpos com menos normatização e repressão. Assim, este fator tornou-se mais formativo do que se pode mensurar ou descrever quando observadas mulheres camponesas na atualidade, pois outrora elas reconhecem no MMC que há muito tempo eram feministas, embora passaram a se assumir de fato no ano de 2004, por ocasião do primeiro Congresso Nacional do MMC Brasil. Trata-se porém de um feminismo camponês, talvez um pouco menos ousado em algumas pautas, mas o interessante é que as mulheres vão construindo estratégias para serem livres e viverem melhor.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico: memória e sociedade*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHASSOT, A. A ciência é masculina? É sim senhora! *Revista Contexto e Educação*. Ijuí, v.1, n.1, p. 9-28. Jan-jul. 2004.
- CONTE, I. I. *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, 2011.
- CONTE, I. I.; MARTINS, M. D.; DARON, V. P. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009. p. 86-132.
- EISLER, R. *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



GARRAFA, R. S. Identidad cultural y demandas de interculturalidad. *Contexto & Educação*, Unijuí, Ano 23, n 79, p. 105-127, Jan./Jun. 2008.

GEBARA, I. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL. *Plantando saúde pelos caminhos do Rio Grande*. Passo Fundo: Gráfica Battistel, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. *Gênero, Sexualidade e direitos das mulheres*. Chapecó: Marka Gráfica e Editora Ltda, 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. *Sexualidade da Mulher*. Passo Fundo: Gráfica e editora Berthier, 1992.

MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira*. Corpo e classe social no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.